

Sindicatos denunciam “agravamento da exploração” dos trabalhadores em ano marcado pela pandemia

A União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo (USAH) e o Sindicato das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Comércio e Escritórios, Hotelaria e Turismo dos Açores (SITACEHT/Açores) fizeram o balanço do ano laboral e denunciaram o “agravamento da exploração dos trabalhadores durante a pandemia.

“Este foi um ano marcado pelo surto de Covid-19, mas esta situação pandémica, não pode ser usada e instrumentalizada, para servir de pretexto ao agravamento da exploração e para ataque aos direitos dos trabalhadores, como aconteceu na Região”, afirmam os sindicatos, num comunicado ontem divulgado.

Segundo as estruturas sindicais da CGTP, 2020 foi marcado por “despedimentos, de que são particular exemplo os dos trabalhadores com vínculos precários e trabalhadores em período experimental; foi marcado pela colocação de trabalhadores em férias forçadas; por alterações unilaterais dos horários de trabalho; pelo não pagamento de salários; pelo não pagamento das horas de trabalho extraordinário; foi marcado pelo corte de prémios e subsídios; pela retirada de pausas de trabalho; pela imposição da polivalência de funções; e pela falta de equipamento de proteção individual de trabalho”.

De acordo os sindicatos, “na Região, algumas entidades empregadoras, aproveitaram-se deste momento, deturpando a legislação laboral a seu favor e tentaram fazer com que os trabalhadores aceitassem condições inferiores às que tinham direito. Alguns sectores do patronato pretendem instaurar a ideia de que vale tudo, multiplicando práticas de violação grosseira dos direitos dos trabalhadores e aproveitando esta conjuntura para intensificar a exploração”.

“Foram muitas as empresas que tentaram mandar os seus trabalhadores para casa, forçando-os a gozar férias, sem o seu consentimento, quando estes tinham férias já marcadas para outros períodos do ano”, denunciam os sindicalistas, acrescentando que, “noutras empresas os trabalhadores foram obrigados a horários de trabalho completamente desregulados, com prolongados períodos de actividade sem que os direitos à justa remuneração e ao descanso fossem minimamente considerados”.

“Algumas empresas, aproveitando o momento, pressionaram os trabalhadores a irem de férias com o pagamento, apenas, de 50% dos seus vencimentos”, denunciam.

Houve ainda, “muitas trabalhadoras domésticas foram despedidas, sem lhes terem sido assegurados os seus vencimentos (trabalhadoras que prestavam serviço para as suas entidades empregadoras há anos, algumas há mais de uma década)”.



“Na Região, algumas entidades empregadoras, aproveitaram-se deste momento, deturpando a legislação laboral a seu favor e tentaram fazer com que os trabalhadores aceitassem condições inferiores às que tinham direito”

A USAH e o SITACEHT/Açores apontam que a Inspeção Regional do Trabalho detectou 827 trabalhadores em situação irregular nos Açores.

“Para agravar ainda mais o cenário regional e como os vínculos precários ou temporários tornaram-se a regra geral na constituição da relação laboral nos Açores, esta situação contribuiu para a existência de cada vez maior pressão sobre os trabalhadores, forçados, neste momento difícil, a todo o tipo de condições, com horários alargados e polivalência de funções, fazendo com que vários postos de trabalho acabem por ser cumpridos por apenas um trabalhador, sem maior compensação pelo esforço a que é obrigado e com os óbvios efeitos negativos em termos da sua via pessoal e familiar”.

Para os sindicatos, estas situações “não são de todo aceitáveis”, porque “se existiu uma situação de impedimento de trabalho que não é da responsabili-

dade dos trabalhadores, a mesma, não pode reflectir-se na diminuição do salário e no não cumprimento da legislação laboral”.

Numa “população de 240 mil pessoas, 80 mil são pobres”

No plano social e económico, o ano de 2020 foi “muito difícil” para as famílias açorianas, mas “especialmente para as socialmente mais desfavorecidas, com graves situações de pobreza e de exclusão social”.

“Os números de que dispomos são preocupantes, para uma população de 240 mil pessoas, 80 mil são pobres, 3 em cada 10 açorianos vivem rendimentos abaixo valor estabelecido para o limiar da pobreza, 501 euros mensais, 6014 euros anuais”.

Segundo os sindicatos, “foram milhares os açorianos que solicitaram ajuda alimentar; são muitas as famílias açorianas que tiveram de entregar as casas aos bancos, por incapacidade de pagamento; milhares de açorianos tiveram e têm dificuldades em pagar bens de primeira necessidade como a electricidade, a água, o gás, o telefone, etc”, apontando ainda haver “muitas famílias sobreendividadas”.

“Numa família cujo o rendimento mensal é de 1200 euros, 888 euros são para pagar a dívida dos empréstimos, ficando a família com 312 euros mensais disponíveis”, exemplificam.

Com os Açores a ter a taxa de pobreza e exclusão social mais elevada do país (36,7% face a 21,6% na média nacional) e os níveis mais elevados de desigualdade do rendimento, as estruturas sindicais referem “cerca de 19 mil trabalhadores recebiam salários líquidos

inferiores a 600 euros, correspondendo a 19% dos trabalhadores açorianos. O salário de um trabalhador a auferir o salário mínimo regional descontando as suas contribuições sociais é de apenas 593,41 euros”.

Segundo apontam, o salário mensal de um trabalhador açoriano é, em média, o mais baixo, comparativamente com qualquer outro trabalhador português, “sobretudo pela falta de negociação dos contratos colectivos de trabalho”. Ao mesmo tempo, “continua a verificar-se um número muito significativo de situações de atraso e falta de pagamentos de remunerações e subsídios, bem como de incumprimento com a Segurança Social e Finanças”.

No balanço do ano na área laboral, a USAH e o SITACEHT/Açores sublinham ainda que a qualificação e formação profissional dos trabalhadores açorianos “foi descuidada”.

“O sector privado voltou a não cumprir com o estabelecido na legislação laboral e o Governo Regional dos Açores, ao estabelecer uma acção de formação de dois em dois anos para os trabalhadores da Administração Regional, não só está a inviabilizar a qualificação destes trabalhadores, como está a dar uma péssima referência ao sector privado, que se congratula com este mau exemplo”.

Para os Sindicatos da CGTP, a formação tem de ser uma “prioridade e não uma mera opção”.

“Vamos fazer tudo o que estiver ao seu alcance para defender intransigentemente os trabalhadores e as trabalhadoras, evitar que sejam ainda mais prejudicados e mobilizá-los para a recuperação, defesa e melhoria dos direitos”, concluem no comunicado.